

A invenção do mito nacionalista no Brasil Contemporâneo: uma cidadania forjada? (2015-2020)

Douglas Pereira Rodrigues

Universidade Federal de Goiás
Goiânia - Goiás - Brasil
douglas_historia@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste texto é discutir como está se configurando a problemática do nacionalismo nos últimos cinco anos, no Brasil. Não é por acaso que a ideia de nação, seus usos e abusos, se tornou o lema e o norte da campanha eleitoral do atual governo, e, conseqüentemente, tem sido uma base retórica fundamental para seu processo de legitimação. Não procuramos discutir acerca das definições conceituais já canônicas do nacionalismo e suas vertentes, mas pensá-lo a partir da categoria de *mito político*. A hipótese é de que existe uma possível correlação entre a invenção desse mito nacionalista e a criação de um ideal de cidadania.

Palavras-chave: Nacionalismo. Mito. Cidadania.

Introdução

O objetivo deste texto é fazer algumas considerações sobre a atual conjuntura política brasileira, sobretudo no que se refere a um retorno do discurso nacionalista por parte do Estado, que vem ganhando força desde o ano de 2015. Trata-se de um ensaio teórico que busca lançar alguma luz sobre essa questão, que, por ora, nos parece bastante nebulosa. Em uma recente entrevista para a BBC¹, a antropóloga Lilia Schwarcz aponta que, desde as manifestações de 2013, juntamente com o processo de deposição de Dilma Rousseff, o brasileiro teria retirado sua máscara de “homem cordial”, assumindo de vez sua intolerância (MOTA, 2019).

A tese do brasileiro como “homem cordial”, bastante conhecida e difundida nas ciências sociais brasileiras desde o final dos anos 1930, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, estaria demonstrando, na prática, seu esfacelamento definitivo. De acordo com a autora, o brasileiro, que buscava passar uma

¹ BBC Brasil é uma subsidiária do canal de telecomunicação *British Broadcasting Corporation* no Brasil e na América Latina.

imagem de “muito receptivo” e “aberto”, escondia, na verdade, sintomas e marcas do autoritarismo e da intolerância que sempre estiveram presentes na história do país². De acordo com o sociólogo Jessé Souza (2009), a tese do “homem cordial” adveio, fundamentalmente, da criação de uma ciência social conservadora que teve como base as formulações de Gilberto Freyre e sua “invenção do Brasil moderno”. Para o autor,

O argumento teórico de Freyre vai ser todo dirigido à construção de uma “tendência” portuguesa e depois luso-brasileira, ao “encontro cultural”. A emocionalidade, a ênfase dos sentimentos, a cordialidade e, “last but not least”, a sensualidade, são elementos apenas compreensíveis nesse contexto. São eles que darão suporte “teórico” à evidência “empírica” da mestiçagem brasileira e ao fato — isso é o mais importante — de que ela possa ser pensada não como resultado do absoluto poder que os homens brancos tinham sobre as mulheres negras e índias, mas como uma predisposição cultural positiva e altamente valorável. Freyre deu o nome de “plasticidade” a essa característica portuguesa e depois luso-brasileira e percebeu-a como uma característica altamente singular e positiva (SOUZA, 2009, p. 54).

Nesse sentido, o autor aponta que é justamente essa “plasticidade” como herança ibérica que vai ser fundamental para o conceito de “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, e, conseqüentemente, para sua tese do “personalismo” e do

² Vale ressaltar, que nessa entrevista, a antropóloga Lilian Schwarcz (*apud* MOTA, 2019), não fez uma análise aprofundada do conceito de homem cordial, o que acabou gerando uma simplificação do mesmo. Esse conceito, complexo e bastante difundido, tanto na historiografia, como nas ciências sociais brasileiras, apresenta um sentido de ambigüidade, que não foi citado pela autora. A cordialidade não tem necessariamente a ver com bondade, mas sim a uma aversão ao formalismo e a convencionalismos sociais. Em outras palavras, significa dizer, que o povo brasileiro prezaria muito mais por relações pessoais ou íntimas, do que as relações impessoais ou formais. De acordo com Esteves (1998, p 2), “a cordialidade denotaria uma aptidão para o social. Sem a proteção do procedimento, do ritual e da polidez, característicos da civilidade, o indivíduo está permanentemente exposto às vicissitudes de uma socialização na qual suas idiosincrasias são dissolvidas no interior de relações parciais, familiares de fundo emotivo, transformando-o numa espécie de parcela ou periferia da sociedade”. Na análise do autor, a polidez seria uma máscara usada para disfarçar os sentimentos e as emoções dos indivíduos, funcionando como um dispositivo de regulação. Na nossa leitura, Lilian Schwarcz, quis demonstrar que esse aspecto “bom” “receptivo” ou “aparência externa” da cordialidade, baseada nas relações pessoais, estaria entrando em colapso, para dar lugar aquilo que é seu avesso, a intolerância e o autoritarismo, que sempre esteve presente nas relações sociais brasileiras, mas que agora vem sendo reafirmadas pela ideologia do Estado. Não haveria a necessidade da cordialidade ou de ser cordial, pois a ideia do que é ser brasileiro, ou cidadão brasileiro, estaria em transformação. Aquilo que estaria dando lugar ao homem cordial, é a ideia de um “cidadão de bem”, “patriota”, que ao invés de prezar pelas relações pessoais de localidade, situadas no cotidiano de uma cultura ou determinado espaço social, preza, por outro lado, por relações impessoais, que são a todo momento inventadas e afirmadas pela moral criada pelo Estado. No contexto, pós abolição e Proclamação da República, estudado por Sergio Buarque, as relações baseadas na impessoalidade e na burocracia, presentes na ideologia liberal, ainda não encontravam espaço na grande parcela da sociedade brasileira, que vivia, por outro lado, nas relações pessoais baseadas no personalismo e no patrimonialismo. No fundo dessa discussão do esfacelamento do “homem cordial”, está a ideia de que as relações pessoais de localidade estaria dando lugar a relações cada vez mais impessoais, formais e autoritárias, encabeçadas pela ideologia neoliberal de cunho nacionalista, que procura, ao mesmo tempo definir e excluir quem participa do mundo político e quem não, em outras palavras, que busca dizer quem é civilizado, patriota e cidadão, e quem não é.

“patrimonialismo”, como as marcas fundamentais da cultura brasileira. A ideia do personalismo, em Sérgio Buarque, aponta para uma forma de viver em sociedade que busca enfatizar os vínculos pessoais, como amizade ou ódio pessoal, em desfavor de inclinações impessoais, de quem vê o outro com certa distância emocional e que, precisamente por conta disso, pode cooperar com o outro em atividades reguladas pela disciplina e pela razão, e não através de emoções e sentimentos (SOUZA, 2009).

De acordo com Jessé Souza (2009), a cultura do personalismo nos lega o “homem cordial”, ou seja, literalmente, o homem que se deixa levar pelo coração, pelos bons ou maus sentimentos e inclinações que acompanham nossa vida afetiva espontânea. Na leitura do autor, Sérgio Buarque percebeu com clareza que o “homem cordial” é o homem moldado pela família, em contraposição à esfera da política e da economia, que exigem disciplina, distanciamento afetivo e racionalidade instrumental.

O interessante na análise de Jessé Souza (2009) é a tentativa de explicar as condições de possibilidade de criação e afirmação desse “homem cordial”, que teriam surgido e se consolidado através de uma longa tradição de uma ciência social conservadora no Brasil. Para o autor, isso foi possível através da vinculação entre essa ciência e a criação do “mito da brasilidade”. Dito isso, o problema que nos interessa é justamente entender se esse esfacelamento do “homem cordial”, citado por Lilia Schwarcz, pode ter alguma relação com o mito político “Brasil acima de todos”, que se destacou nas eleições presidenciais de 2018, saindo vitorioso nas urnas. A hipótese é a seguinte: a invenção desse mito, que vem ganhando força desde 2015, pode ter proporcionado, em alguma medida, o desaparecimento do “homem cordial” e o aparecimento de outro ideal de cidadão, comumente apelidado de “cidadão de bem”.

Diferentemente do anterior, que se pautava na ideia do personalismo e localismo, e se posicionava em contraposição a uma esfera dita racional e pragmática por parte do Estado, esse novo sujeito, criado a partir de uma cidadania forjada em ideais nacionalistas, busca, por outro lado, inserir-se no jogo político, seguindo uma série de ideias e premissas amplamente compartilhadas pelo discurso nacionalista do Estado. A moral, que antes era criada pelas tradições locais e regionais, agora é inventada e projetada em âmbito nacional pelo Estado. Nesse sentido, cabe analisar, nas páginas que se seguem, a importância que esse mito político está dispondo para o surgimento desses novos atores sociais no atual contexto brasileiro.

A mitologia nacionalista

Para Jessé Souza (2009), o mito nacional é a forma moderna, por excelência, para a produção de um sentimento de “solidariedade coletiva”, ou seja, um sentimento de que “todos estamos no mesmo barco” e que, juntos, formamos uma unidade. Sem a construção de um sentimento de “pertencimento coletivo” desse tipo, não existe nação no sentido moderno, nem sentimento de compartilhamento de uma mesma história e de um mesmo destino. Para o autor, o mito nacional substitui, em grande medida, aquilo que, em épocas passadas, era produzido pelas grandes religiões mundiais, como fonte de solidariedade coletiva. Nesse sentido, a identidade nacional é uma espécie de “mito moderno”. O mito tem como uma de suas funções realizar a transfiguração da realidade, de modo a dotá-la de sentido moral e espiritual para os indivíduos e grupos sociais que compõem uma sociedade particular (SOUZA, 2009).

De acordo com Jessé Souza (2009), a moralidade do mito se expressaria a partir de dois sentidos: pressupondo um processo de aprendizado e de superação do narcisismo e egoísmo primário, naturalizados sob a forma de vínculos locais, e, por outro lado, esse mito ou esse imaginário social³ sendo necessariamente baseados em opções morais como superior/inferior, nobre/vulgar, bom/mau, virtuoso/vulgar. Nessa perspectiva, a nação teria que disponibilizar para as pessoas todo um “arsenal simbólico” de ideias e imagens para se contraporem com sucesso não só em relação às lealdades locais, mas também em competição com os exemplos concorrentes dos “outros externos”⁴.

Ainda segundo o autor, a finalidade do mito nacional é criar um terreno de sentimentos e identidades emocionais comuns que permita que todos, dos mais amplos setores e dos mais diversos grupos sociais, com interesses divergentes ou conflitantes, se vejam como construtores e participantes do mesmo projeto nacional. É nesse sentido que, em 2016, e sob a rubrica do “bem comum” da nação, vários setores e grupos conservadores que estavam e ainda continuam no poder se uniram e disseminaram um discurso anticorrupção e postularam a imagem do que deveria ser um cidadão brasileiro, aquele que ama o “Brasil acima de tudo”, que é contra a corrupção e que preserva a moral

³ De acordo com Bronislaw Baczko (1985), o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder.

⁴ Os “outros externos” seriam países como os Estados Unidos, visto como ideal de desenvolvimento e progresso.

e os bons costumes, baseados ambos em um conservadorismo e na visão liberal de mundo, que tem uma longa tradição na história do país.

Para Jessé Souza (2009), o mito nacional é internalizado e incorporado de modo pré-reflexivo e emotivo, tornando-o, em medida significativa, imune à crítica racional. Para o autor, independentemente de qualquer julgamento racional, “amamos” tudo o que tem a ver com ele e “odiamos” tudo que o contradiz e nega. Essa questão da subjetividade do mito político é importante para percebermos a forma como ele busca ser introjetado nos atores sociais. O conceito de mito político teve uma de suas primeiras tentativas de definição com Georges Sorel (1993), em *Reflexões sobre a violência*. Para Sorel (1993), o mito político era eminentemente revolucionário, representando um instrumento de ação coletiva com poder de provocar emoções necessárias ao agir político, sendo capaz de guiar o proletariado à revolução.

George Sorel (1993) escreve sua ideia de luta política sobre o proletariado francês a partir da categoria do mito, definindo este como a força motriz básica de incitação ao movimento operário. Dessa primeira tentativa de formulação, duas ideias são importantes: o mito é pensado como uma força motriz com alta capacidade de mobilização e, segundo, o mito é averso a ideias puramente racionais. É nesse sentido que Jessé Souza (2009) aponta que o mito da nacionalidade se baseia, fundamentalmente, em uma aversão a toda forma de explicitação e crítica.

Basta vermos os recentes discursos do atual presidente da república baseados no negacionismo, seja da história, como negação de que houve uma ditadura militar no país, seja através da negação de que existem pessoas que passam fome no país, de que não existe racismo e homofobia, e de que, também, não há desmatamento na floresta amazônica e as altas taxas de desemprego são falácias. É um discurso que nega a história e a ciência, e que tem levado à perseguição de quem vai de encontro a esse discurso hegemônico, cujo objetivo maior é mostrar a imagem de um país unido, forte e desenvolvido, mas que se esconde através da retórica inventada acerca do “bem comum” e de suas potencialidades⁵.

⁵ Algumas matérias que foram divulgadas na imprensa e que tratam desses discursos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>; <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/recursos-educacao-basica-congela/>; <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-diz-que-nao-ha-fome-no-brasil-e-depois-volta-atras/7778618/>; https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/05/08/interna_internacional,1052188/bolsonar-o-afirma-que-racismo-e-algo-raro-no-brasil.shtml.

De acordo com Ernst Cassirer (2003), em seu último livro, intitulado *O mito do Estado*, o mito escaparia a qualquer tentativa de definição conceitual devido sua plasticidade e aos múltiplos sentidos que pode ter, conforme a cultura e o contexto. O mais importante, segundo ele, é pensar a função social do mito, que tem, como lugar preferencial de ser e existir, o mundo político. Para o autor, os sujeitos do mito e os atos rituais são de uma infinita variedade; na verdade, são incalculáveis e insondáveis. Mas os motivos do pensamento mítico e da imaginação mítica são, em certo sentido, sempre os mesmos: "Em todas as atividades e em todas as formas de cultura humana encontramos uma "unidade na diversidade". A arte nos dá uma unidade de intuição; a ciência, uma unidade de pensamento; a religião e o mito, uma unidade de sentimento" (p. 64). Segundo o autor,

O mito não nasce somente de processos intelectuais; brota das emoções profundamente humanas. Contudo, por outro lado, todas aquelas teorias que acentuam exclusivamente o elemento emocional esquecem um ponto essencial. O mito não pode ser descrito como uma simples emoção porque é a expressão de uma emoção. A expressão de um sentimento não é o próprio sentimento - é a emoção tornada imagem. Esse fato implica uma mudança radical. O que até agora era sentido vagamente adquire uma forma definida; o que era um estado passivo torna-se um processo ativo (CASSIRER, 2003, p. 66).

Para Ernst Cassirer (2003), o mito não está distante da realidade empírica; encontra-se, em certo sentido, em contradição com ela. Para o autor, apesar de o mito ser um elemento fundamentalmente fantástico, contém um aspecto "objetivo" e uma função objetiva definida. O simbolismo linguístico do mito político conduz a uma objetivação das impressões sensoriais; o simbolismo mítico leva a uma objetivação de sentimentos. Nesse ponto, a análise de Ernst Cassirer (2003) se assemelha à de Raoul Girardet (1987, p. 13), que diz:

O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através do qual pode parecer ordena-se no caos desconcertante dos fatos e acontecimentos.

Entretanto, segundo Ernst Cassirer (2003), os mitos políticos não sobrevivem apenas de imagens, elas não são consideradas apenas símbolos, mas realidades. Essa realidade não pode ser negada ou criticada; tem de ser aceita passivamente. Por outro lado, as emoções geradas pelo mito político não são simplesmente sentidas, são "intuídas", "transformadas em imagens". Para o autor, elas são "imagens reais", produzidas pela linguagem através do mito político, sendo representadas por metáforas.

A metáfora seria o “vínculo intelectual”, que expressaria e representaria essa relação entre a linguagem e o mito. A metáfora do “Brasil acima de todos” é um exemplo que representaria essa relação entre linguagem e mito. Como surgiria, então, os mitos políticos nas sociedades modernas? Segundo Ernst Cassirer (2003), os mitos políticos surgem e/ou ressurgem nos momentos de crise e instabilidade política. Para o autor,

A organização mítica da sociedade parece ter sido suplantada por uma organização racional. Em tempos tranquilos e pacíficos, períodos de relativa estabilidade e segurança, essa organização racional mantém-se facilmente. Parece estar a salvo de todos os ataques. Mas em política o equilíbrio nunca se consegue completamente. O que aqui se encontra é um equilíbrio mais dinâmico do que estático. Em política está-se sempre vivendo sobre terreno vulcânico. Devemos estar preparados para convulsões e erupções abruptas. Em todos os momentos críticos da vida social do homem, as forças racionais que resistem ao surto das velhas concepções míticas já não estão mais seguras de si próprias. É o momento em que o mito regressa. Porque o mito não foi realmente vencido e subjugado. Está lá sempre, espreitando no escuro e esperando a sua hora (CASSIRER, 2003, p. 324).

Segundo o autor, é justamente nesse momento de crise política que surgem os ideais de redenção e esperança de soerguimento da nação. Entretanto, esses ideais erguem-se e fazem sentido a partir da necessidade de liderança. Assim, o desejo coletivo não é apenas profundamente sentido, mas também personificado. Ele se apresenta de uma forma concreta, plástica e individual. “A intensidade do desejo coletivo é personificada no chefe. Os velhos laços sociais – direito, justiça e constituições – são declarados como sendo sem valor. O que fica é apenas o poder e a autoridade mística do líder e a sua vontade é a suprema lei” (CASSIRER, 2003, p. 325).

É nesse sentido que o povo pode ser facilmente persuadido de que tudo que necessita é de um homem providencial, capaz de satisfazê-lo. Isso explicaria, por exemplo, apesar das diferenças contextuais, a idealização de figuras políticas que são canonizadas, que representam e personificam uma determinada visão de mundo, como Hitler, na Alemanha, Mussolini, na Itália, ou como os casos do ex-presidente Lula e de Jair Bolsonaro, este último apelidado pelos seus seguidores e admiradores justamente como o “mito” da atual política brasileira. Para Ernst Cassirer (2003, p. 326),

Os políticos modernos têm de usar processos muito mais drásticos. Têm de resolver um problema que em muitos aspectos se assemelha à quadratura do círculo. Os historiadores da civilização humana ensinaram-nos que a humanidade, no seu progresso, teve de passar por duas fases diferentes. O homem começou como homo magus, mas da idade da magia passou para a idade da técnica. O homo magus das civilizações primitivas tornou-se um homo faber, artífice e artesão. Se admitirmos tal distinção histórica, os nossos mitos políticos modernos apresentam-se como coisa muito estranha e paradoxal. Porque o que neles encontramos é a combinação das duas atividades que parecem excluir-se uma à outra. O político moderno teve de

combinar em si duas funções diferentes e mesmo incompatíveis. Tinha de ser ao mesmo tempo homo magus e homo faber. Ele é sacerdote de uma nova religião misteriosa e inteiramente irracional, mas para defender e propagar essa religião utiliza processos muito metódicos. Ele é sacerdote de uma nova religião misteriosa e inteiramente irracional, mas para defender e propagar essa religião utiliza processos muito metódicos. Nada fica ao acaso; cada passo é bem preparado e premeditado. É essa estranha combinação que constitui um dos mais extraordinários aspectos dos nossos mitos políticos.

É nesse ponto da análise que o autor traduz a relação sempre ambígua do mito político através de uma dialética entre seus aspectos subjetivos e objetivos. O mito foi sempre descrito como resultado de uma atividade inconsciente e como um produto livre da imaginação. Mas, aqui, encontramos o mito feito de acordo com um plano. Para Ernst Cassirer (2003, p. 327), os novos mitos políticos não crescem livremente e não são frutos da imaginação; são coisas artificialmente fabricadas:

O século XX teria desenvolvido uma nova técnica, a do mito político. A partir de agora os mitos podem ser fabricados no mesmo sentido e de acordo com os mesmos métodos utilizados no fabrico das outras armas - as metralhadoras e os aviões. Esse é um novo fato - e um fato de crucial importância. Alterou toda a forma da nossa vida social.

É nesse sentido que o autor busca explicar o surgimento do nazismo na Alemanha, no início dos anos de 1930.

Foi em 1933 que o mundo político começou a preocupar-se com o rearmamento da Alemanha e com as suas possíveis repercussões internacionais. Na verdade, o rearmamento já tinha começado anos antes, mas passara despercebido. O verdadeiro rearmamento começou com a origem e ascensão dos mitos políticos. O rearmamento militar posterior foi somente uma coisa acessória. O fato estava consumado há muito; o rearmamento militar foi apenas a consequência necessária do rearmamento mental provocado pelos mitos políticos (CASSIRER, 2003, p. 327).

O fundamental na análise de Ernst Cassirer (2003) é o entendimento de que os modernos mitos políticos não começaram por proibir ou requerer certas ações; eles, por outro lado, empreenderam mudar os homens a fim de poderem regular e controlar seus atos. Para o autor, “Os mitos políticos atuaram como a serpente que tenta paralisar a sua vítima antes de atacá-la. Os homens caíram sem qualquer resistência séria. Foram vencidos e subjugados antes de compreenderem o que lhes estava acontecendo” (CASSIRER, 2003, p. 331).

Havíamos dito, no início deste texto, que a invenção do mito nacionalista no atual contexto político brasileiro pode ter relação como o esfacelamento do “homem cordial” e o surgimento do “cidadão de bem”, enquanto novo ator social. A ideia é de que a “nação” se tornou um símbolo, uma generalização de vínculos abstratos, que busca se contrapor aos vínculos concretos estabelecidos pelas relações de localidade. Essa generalização de

sentimentos e ideias é pautada através da ideia de unificação nacional e, nesse sentido, um desses vínculos abstratos mais importantes, de acordo com Jessé Souza (2009), seria precisamente a noção de cidadania. Todavia, cabe o seguinte questionamento: que tipo de cidadania e de cidadão ideal estão sendo postos nesse momento?

O “cidadão de bem” como produto da nova mitologia política

Discutimos, a partir das ideias de Ernst Cassirer (2003), que é nos momentos de crise política que surgem os mitos políticos. Ora, nos últimos três anos, desde o contexto das últimas eleições presidenciais, tem-se acentuado o retorno do brado nacionalista. Entretanto, essa retórica sobre a nação já havia ganhado as ruas nas Jornadas de junho de 2013, o que apontava para o início de uma crise política profunda, na qual nos encontramos. Apesar da grande diversidade e pluralidade daquele movimento, a ideia de “unificação nacional” e luta por novos tempos vinha sendo apresentada sobre as rubricas “tarifa zero” e “vem pra rua”.

Todavia, no ano de 2015, o significado de “nação” e de “unificação nacional” foi apropriado e ressignificado por movimentos políticos conservadores, o que foi fundamental para formar uma opinião pública a favor do golpe institucional que acabou levando à deposição da presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff. Naquele momento, os manifestantes a favor do *impeachment* foram para as ruas com camisetas da seleção brasileira de futebol, simbolizando que a nação estaria unida contra o governo, pedindo sua derrubada, tendo como base o discurso anticorrupção. Ora, ser cidadão naquele contexto era protestar contra o governo no intuito de limpar a nação do câncer da corrupção.

O fato é que, daquele momento até agora, criou-se uma agenda muito bem definida de ações que buscaram reforçar a ideia de “unificação nacional”. Em 2018, no ano das eleições presidenciais, o mito nacionalista, enquanto discurso homogeneizador, entrou em cena através da propaganda política e como agenda e *slogan* principal do atual governo, que ganhou as eleições daquele ano. A questão, ainda sem respostas, é: como ele encontrou e ainda encontra um grande respaldo em determinados setores da sociedade brasileira, colaborando para legitimar uma série de projetos e ações governamentais de caráter extremamente reacionário, principalmente no que se refere às políticas públicas e sociais?

É justamente nesse ponto que levantamos a hipótese de que esse sucesso do mito nacionalista, “Brasil acima de todos”, se deve, fundamentalmente, à criação e disseminação de um ideal de cidadão. Seja enquanto “homem cordial” ou “cidadão de bem”, a criação de um ideal de cidadão sempre pressupõe uma classificação que, por sua vez, gera, automaticamente, a exclusão. O mito nacionalista busca separar o “joio do trigo”: aqueles que são patriotas e pensam o “Brasil acima de tudo” daqueles que vão na contramão desse discurso.

De acordo com Katherine Verdery (2000), a ideia de nação, pensada por um viés antropológico, é um operador básico de um sistema de classificação social. Para a autora, os sistemas de classificação social, em sua forma institucionalizada, estabelecem as bases de autoridade e de legitimidade através de categorias que estipulam e as fazem parecer naturais e socialmente reais. Nesse sentido, a nação aparece com o fundamento de uma ordem política e simbólica-ideológica, bem como com um vetor de interação social. Essa classificação social é o resultado da construção de um ideal de cidadania. Para Walquiria Leão Rego (2008), o conceito de cidadania pressupõe um *status* normativo na medida em que se constitui como um arcabouço de direito e de deveres determinantes na relação entre o indivíduo e o Estado. Para a autora, seu enraizamento na vida coletiva, enquanto sentimento, cultura e sistema de referências valorativas, torna-se medida fundamental do grau de democratização alcançado por uma dada sociedade.

Essa dimensão normativa da cidadania configurou-se em condição de igualdade de direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, pontua a autora, essa situação resultou historicamente em vertentes paradoxais relativas à pertinência social e política dos vários grupos sociais. De um lado, o *status* de cidadão transformou-se em importante força inclusiva dos indivíduos na vida nacional, contudo, também funcionou como significativa força de exclusão de grandes parcelas de pessoas das comunidades políticas nacionais (REGO, 2008).

De acordo com a autora, o conceito de cidadania, ao longo do século XX, tinha como ideia fundamental a redução das concepções particularistas de comunidade, como também do individualismo negativo dos sujeitos sociais. A autora aponta que, de modo geral, e com diferenças importantes entre os diversos países, a política europeia, após a Segunda Grande Guerra, conheceu, na maioria das vezes através dos grandes partidos políticos de massa, fortes e significativas experiências de cooperação democrática entre os diferentes atores políticos, alargando e aprofundando as expectativas cívicas dos cidadãos.

Entretanto, ressalta Rego (2008), a cooperação democrática não significou, de modo algum, a eliminação do conflito social, mas possibilidades reais de alargamento da base de legitimação desse próprio conflito e, nesse sentido, as diversas identidades foram forjadas no seio desse processo. Assim, essa tensão, resultante da ambivalência ligada à questão identitária, foi diluída no sentimento nacional mais amplo; outras vezes, ela permaneceu como fator de exclusão e tensão social. Negros, mulheres, indígenas, analfabetos e outras tantas minorias entraram no jogo de exclusão pelo *status* normativo da cidadania. A autora aponta que as cláusulas de exclusão, em grande parte das vezes, remontam às questões doutrinárias existentes no corpus teórico do liberalismo clássico, cujas bases repousavam na problemática relação entre capacitação civil para o exercício dos direitos, como, por exemplo, o direito eleitoral de votar e ser votado. Para a autora,

Estes dispositivos excludentes, enraizados em fundamentações doutrinárias, paradoxalmente oriundos das antigas ordens regidas por privilégios e hierarquias sociais, garantiram por muito tempo a cultura política da exclusão de grandes contingentes de pessoas que conviviam no mesmo espaço de uma nação (REGO, 2008, p. 151).

Atualmente, as cláusulas de exclusão apontadas pela autora não se refletem em quem se pode votar ou não, segundo as prerrogativas do liberalismo clássico, mas sim no que Foucault denomina como uma nova arte de governar, chamada neoliberalismo. De acordo com Rego (2008), essa relação entre Estado, nação e cidadania apresenta um problema insolúvel. O Estado, como agência pública que concede, reconhece e garante os direitos, desempenhou e desempenha um papel central na formação e na manutenção da cidadania contemporânea. Sua atuação através do papel normativo de suas instituições é indispensável à garantia da cidadania plena. Para a autora, o Estado tem como função estabelecer um ideal de cidadania, um conjunto de obrigações e deveres entre ele e a sociedade.

O grande engodo se dá, efetivamente, na forma como essa cidadania é pensada, criada e gerenciada pelo Estado. Desde o surgimento do liberalismo clássico e, posteriormente, com o avanço do neoliberalismo, tem-se configurado o avanço da destruição do próprio Estado enquanto instituição. De acordo com a autora, o desenvolvimento de uma cultura democrática e sua fé na construção de um viver cívico têm, em tese, o papel de propiciar mais coesão e cooperação social no interior dos grupos subalternos. Nesses termos, a cidadania geraria um estado de bem-estar social, supondo, necessariamente, o fortalecimento da nacionalidade.

Todavia, a autora destaca que esse processo de construção de um ideal de cidadania não pressupõe, necessariamente, uma harmonia social. Ao contrário, foram e são processos derivados de conflito político e social. Se, em determinados momentos, o Estado e seu ideal de cidadania concederam direitos, estes foram obtidos pelas lutas políticas de seus destinatários; contudo, são motivo e objeto de conflito permanente, longe de se constituírem amortizadores do conflito social (REGO, 2008). Para a autora,

De certo modo, pode-se afirmar que a grande tradição do pensamento político e social ocidental sempre soube que cidadania (*civitas*) é um processo social essencialmente político constituído de um fazer-se contínuo. Seu aprendizado político equivale a uma espécie de flaubertiana educação sentimental. No caso em questão, a educação cívica como educação sentimental. Os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores morais são moldados pela força dos costumes e das instituições políticas e sociais (REGO, 2008, p. 159).

Entretanto, como pensar a cidadania em um contexto no qual o Estado está sendo reduzido cada vez mais para dar lugar ao mercado neoliberal? Para a autora, o capitalismo e sua função de mercantilizar todas as áreas da vida se tornam o “cavalo de troia” da cidadania. O discurso neoliberal e sua ideia de liberdade individual retiram do Estado a função de cumprir com as obrigações fundamentais à manutenção da vida dos sujeitos, colocando-os como agentes que devem agir por conta própria, baseando-se em uma ideia de responsabilidade individual que busca gerir a própria vida a partir da lógica e da imposição do mercado. Nesse sentido, se o sujeito não consegue sobreviver nesse sistema, não é por falta de oportunidade, mas por falta de talento e esforço individual.

Seguindo essa lógica, as políticas sociais vão perdendo o sentido de existir; elas não são mais públicas, não é mais uma responsabilidade do Estado. Para a autora, liquidando-se a ideia de Estado como instituição reguladora da vida social, o movimento seguinte é o cancelamento radical da diferença entre mundo público e mundo privado. O privado é sacralizado a tal ponto que, dele, automaticamente, se deriva toda a virtude. Consequentemente, essa sacralização do privado reforça e refundamenta a destruição do Estado como ente público essencial e potencial de melhoria da vida coletiva. A autora resume bem essa questão na seguinte passagem:

Deste ponto de vista, as políticas estatais serão seletivas, diretamente formuladas por agentes de poderes privados, insulados no aparelho estatal, sem nenhuma delegação da cidadania para executá-las. Estas políticas caracterizam-se, geralmente, pela aceitação acrítica da participação, sem disfarces, de agentes privados ou dos experts que as elaboram para beneficiar diretamente grandes corporações privadas das quais são diretos representantes. As decisões são tomadas sempre em espaços de segredo, sem publicização, fora do alcance dos controles fundados na soberania popular. A justificativa maior para que assim seja é a rapidez e a eficiência dos processos

oligárquicos de decisão. As privatizações das empresas públicas realizadas nos decênios dos anos de 1980 e 1990 foram, na sua maioria, buscar sua legitimação na formação massiva, via meios de comunicação, de retóricas e de consensos também muito seletivos. Uma destas retóricas apoiava-se na crença da maldade inata das empresas públicas e na bondade inata das empresas privadas. Repetiu-se ad nauseam: tudo o que é regido pelo Estado por natureza é ineficiente; e, inversamente, tudo o que é regido pelo interesse privado é eficiente, pois obedece aos ditames da natureza humana (REGO, 2008, p. 164).

O artigo de Walquiria Leão Rego foi escrito em 2008 e tinha como objeto central a cidadania e as políticas públicas feitas no governo Lula. O objetivo da autora foi pensar como o programa *Bolsa Família* se inseria nessa discussão entre cidadania e Estado. É interessante notar que, já naquele contexto, a autora apontava para a crescente neoliberalização do Estado. De acordo com a autora, os serviços públicos e suas realizações práticas, que foram bastante desenvolvidos ao longo do século XX, representaram um componente fundamental no processo de democratização da política, deixando de ser pensados como direitos públicos dos cidadãos, se transformando em bens a serem vendidos no mercado a sujeitos privados, supostamente soberanos em suas decisões de consumo, como qualquer outra mercadoria. Para ela,

Esta configuração moral e ética destruiu as bases morais e políticas da ideia mesma de direitos de cidadania. O mercado foi sistematicamente fundido com a noção de sociedade, transformou-se mesmo em seu sinônimo. Interesses de mercado passaram a ser equivalentes aos interesses nacionais ou da sociedade. Nesta lógica, não são mais cabíveis os cidadãos, apenas são cabíveis os consumidores maximizadores do auto-interesse (REGO, 2008, p. 165).

Nessa perspectiva, o mito nacionalista do atual contexto brasileiro é um produto da agenda neoliberal existente no país. Assim, não há antagonismo entre os dois conceitos. O discurso nacionalista, aliado ao neoliberalismo, tem como função gerar a mobilização em torno de um “bem comum”, cujo objetivo é levar legitimidade às ações do governo. Na prática, essa mobilização leva à desmobilização, que pode ser sentida na falta de crítica, engajamento, enfrentamento e oposição a ela. O mito nacionalista prega, de forma objetiva e subjetiva, a ideia de um cidadão brasileiro ideal, que concorda com suas ações, que se sente parte do jogo político, um sujeito feito para o mercado e para o consumo, e, conseqüentemente, que não critica as regras desse jogo político.

Considerações finais

A invenção desse mito nacionalista do Brasil é uma contradição, pois suas ações se voltam contra a própria ideia de soberania nacional, na medida em que os pressupostos

do neoliberalismo são postos em prática, mudando a ideia de “direitos” para “serviços” em prol do mercado. Grandes áreas, empresas e instituições, que são estratégicas para o crescimento do país e que deveriam ser geridas pelo Estado, estão sendo privatizadas e vendidas para grandes oligopólios internacionais, ocasionando uma retirada da autonomia do país em administrar seus próprios recursos. As ideias amplamente compartilhadas de exaltação da ordem, da moral, do princípio de autoridade, da exaltação à meritocracia e da iniciativa privada e individual dos sujeitos perante o mercado, a punição e perseguição contra os que pensam diferente e se posicionam na contramão desse discurso, entre outros, são colocados em evidência pelo Estado, buscando introjetá-los nesses novos atores sociais, ao passo que, promover o crescimento e garantir a soberania nacional e a criação de leis de equidade social são relegados ao obscurantismo e à marginalidade do discurso.

Como dissemos anteriormente, o discurso nacionalista não se constrói somente pelo que é dado pela racionalidade e objetividade do discurso, mas também por aquilo que está na subjetividade e na fabulação. Antes de ser legitimado enquanto ideologia, ele surge como um mito político. Esse mito político, de acordo com Raoul Girardet (1987), surge no momento do traumatismo social e se transforma, ele próprio, em um traumatismo psíquico nos sujeitos.

O mito nacionalista em voga no país ganha força na medida em que consegue introjetar, nesses novos atores sociais, um arsenal de ideias e sentimentos valorativos, que tem produzido um processo crescente de classificação e exclusão social. A desigualdade social não se apresenta como um problema para o Estado, cada vez mais reduzido pela lógica neoliberal. Esse processo classificatório da sociedade, que busca separar os “cidadãos de bem” do restante da população, os subalternos, é um fator social do mito nacionalista.

Portanto, se é verdade que o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda era uma máscara usada para esconder a intolerância, o autoritarismo e o conservadorismo presentes na sociedade brasileira, como aponta Lilia Schwarcz, talvez o “cidadão de bem” seja apenas um sujeito que, ao se sentir motivado por esse mito político, se sentindo parte dessa visão de mundo que o Estado prega e busca implementar na sociedade, não tenha mais sentido necessidade de usar a máscara da cordialidade.

THE INVENTION OF THE NATIONALISM MYTH IN CONTEMPORARY BRAZIL: A FORGED CITIZENSHIP? (2015-2020)

Abstract: The purpose of this paper is to discuss how the problem of nationalism has been shaped in the last three years in Brazil. It is no coincidence that the idea of the nation, its uses and abuses, has become the motto and the north of the current government's electoral campaign, and, consequently, a fundamental rhetorical basis for its legitimation process. We do not seek to argue about the already canonical conceptual definitions of nationalism and its aspects, but to think about it from the category of political myth. The hypothesis is that there is a possible correlation between the invention of this nationalist myth and the creation of an ideal of citizenship.

Keywords: Nationalism. Myth. Citizenship.

LA INVENCION DEL MITO NACIONALISTA EN EL BRASIL CONTEMPORANEO: ¿UNA CIUDADANÍA FORJADA? (2015-2020)

Resumen: El propósito de este trabajo es discutir cómo se ha ido configurando el problema del nacionalismo en los últimos tres años en Brasil. No es casualidad que la idea de nación, sus usos y abusos, se haya convertido en el lema y el norte de la campaña electoral del actual gobierno y, en consecuencia, en una base retórica fundamental para su proceso de legitimación. No buscamos discutir sobre las ya canónicas definiciones conceptuales del nacionalismo y sus aspectos, sino pensarlo desde la categoría de mito político. La hipótesis es que existe una posible correlación entre la invención de este mito nacionalista y la creación de un ideal de ciudadanía.

Palabras clave: Nacionalismo. Mito. Ciudadanía.

Referências

BACZKO, B. Imaginação social. *In*: ROMANO, Ruggiero (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. São Paulo: Códex, 2003.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 36, Feb. 1998 . Available from . acesso em 31 Nov. 2020. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100006&lng=en&nrm=iso

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, Camilla Veras. Brasileiro abandonou 'máscara' de cordial e assumiu sua intolerância, diz Lilia Schwarcz. *In: BBC*, 1 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48424619>. Acesso em: 15 ago. 2019.

REGO, Leão Walquiria. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova*, São Paulo, v. 73, p. 147-185, 2008.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: que é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. Petrópolis: Vozes, 1993.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a nação e o nacionalismo. *In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOBRE O AUTOR

Douglas Pereira Rodrigues é doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Recebido em 17/09/2020

Aceito em 05/11/2020